FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE Núcleo de Documentação/Biblioteca

## O panorama recente das migrações no Brasil: a situação do RS e da RMPA

Tanya M. de Barcellos\*

s estudos recentes têm destacado o surgimento de novas características no panorama das migrações no Brasil a partir dos anos 80. A tendência de deslocamentos de sentido rural-urbano, especialmente em direção às grandes cidades, e as altas taxas de crescimento das populações urbanas, que marcaram o período da industrialização no Brasil, não aparecem como elementos básicos para sintetizar a configuração dominante nos processos migratórios recentes. Na verdade, os últimos levantamentos apontam uma retração do ritmo de crescimento das grandes áreas metropolitanas, particularmente São Paulo, um incremento das cidades médias e de regiões fora do epicentro formado pela Região Sudeste e expõem uma relevância maior das migrações intra-regionais.

Essa transformação é reflexo de um conjunto de mudanças que se aprofundaram nas duas últimas décadas. Além do declínio da fecundidade, a crise econômica é mencionada como fator responsável pela redução do poder de atração das grandes metrópoles, tendo em vista a diminuição drástica das chances de emprego urbano, especialmente industrial, e das oportunidades de ascensão social para as camadas de baixa renda.

Nas bases da recente configuração espacial da população, é preciso, no entanto, destacar o papel das transformações estruturais relacionadas aos processos de reestruturação das bases da produção industrial e de globalização da economia. Estão em curso mudanças profundas, que se desenrolam em função dos avanços tecnológicos e das alterações na organização da produção, que produziram uma desconcentração industrial e estabeleceram novas relações entre produção agrícola e industrial, transformando o campo.

Assim, pode-se identificar dimensões do fenômeno migratório, que requalificam o quadro que marcou os anos 60 e, em parte, a década seguinte. Altera-se o conteúdo dos fatores de atração e expulsão, uma vez que não estão mais associados aos grandes movimentos de saída do campo em direção às cidades, no período da criação de uma força de trabalho para a indústria, e que

<sup>\*</sup> Socióloga, Técnica da FEE.

acabaram formando a concentração populacional das áreas metropolitanas, em especial no sudeste do País.

Esse processo provocou uma redução da saída de regiões fortemente expulsoras e um crescimento dos fluxos migratórios de retorno. Aumentaram e complexificaram-se as relações entre migração e emprego, antes quase exclusivamente ligadas à industrialização, ampliando-se as possibilidades de combinação da residência com o emprego, trazendo uma intensificação dos movimentos pendulares de população.

A problemática sumariamente descrita estimulou a investigação preliminar realizada neste trabalho, que busca examinar as tendências do crescimento demográfico na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no período recente, procurando anotar se a configuração dos movimentos populacionais apresenta, do mesmo modo que em outras áreas metropolitanas do País, novas características. Especificamente, trata-se de esboçar, com base nas informações disponíveis para a década de 90 (Contagem Populacional de 1996 e PNADS, ambas do IBGE) e em estudos já realizados sobre o tema das migrações, uma abordagem do crescimento populacional e da migração de retorno. As informações foram tratadas de forma comparativa, considerando-se a região face à situação do RS e do País, de modo a identificar-se as particularidades do crescimento que nela se verificou.

Partindo de uma visão geral das tendências recentes do fenômeno migratório, este trabalho visa aproximar a pesquisa sobre a RMPA da complexidade de que se revestem as migrações, tendo em vista as profundas mudanças que experimenta a sociedade brasileira nas últimas décadas.

## 1 - Um panorama das migrações no País, no período recente

A década de 70 assistiu, no Brasil, ao ápice do fenômeno do êxodo de populações do campo, decorrente, em grande parte, do processo de modernização da produção agrícola, experimentado a partir dos anos 60. Tal êxodo foi particularmente expressivo no período 1960-80, assumindo uma dimensão nunca vista: durante essas duas décadas, mais de 28 milhões de pessoas teriam saído das áreas rurais do País (MARTINE, 1987).

Esses fluxos se dirigiram, fundamentalmente, para as grandes cidades, aprofundando uma tendência de migração rural-urbana que já vinha se manifestando desde os anos 30, provocada pela crise da economia do café, e que foi posteriormente estimulada pelas características do processo de industrializa-

ção, a partir dos anos 50. A ação conjunta desses fenômenos engendrou, em termos econômicos e populacionais, uma configuração altamente concentrada na Região Sudeste.

A partir da década de 70, a redução do ritmo de incremento urbano indica uma mudança significativa nessa tendência de concentração. Os dados censitários de 1980 evidenciaram que a participação das grandes cidades na formação da população urbana havia sofrido uma redução (MARTINE, 1994). Verifica-se que a desconcentração industrial, o crescimento da agroindústria, a urbanização das áreas de fronteira econômica, a lavoura irrigada e os empreendimentos voltados para a exploração de recursos naturais criaram alternativas de dinamismo à crise das metrópoles industrializadas (CARACTERIZAÇÃO..., 1999, p.9).

Essa desaceleração do ritmo de crescimento demográfico das grandes cidades é particularmente relevante no Município de São Paulo, que apresentou saldo migratório negativo na década de 80. Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), esse saldo foi também negativo, atingindo a cifra de cerca de 274.000 habitantes (GUNN, 1995, p.104).1

O processo de desconcentração ocorrido a partir dos anos 70 caracterizou-se em termos demográficos por uma perda de participação da população urbana da Região Sudeste na população urbana do País, que passou de 53,26% para 49,74%, entre 1980 e 1991, segundo Moreira (1995). Tal processo foi acompanhado de mudanças nas tendências de incremento de outras áreas: por um lado, os Estados da Bahia e de Minas Gerais tiveram alto crescimento populacional em suas áreas metropolitanas; o Paraná reverteu a tendência expulsora que caracterizou o período anterior; e as Regiões Norte e Centro-Oeste foram as únicas que apresentaram imigração inter-regional; de outro lado, o interior de São Paulo cresceu² (PACHECO, PATARRA, 1998).

A diminuição do dinamismo de crescimento das regiões metropolitanas que se verificou não significou uma perda de importância dessas grandes aglo-

¹ Porém continuam afluindo correntes migratórias importantes em direção a São Paulo, somente que de outro tipo e de outras procedências. Em termos gerais, houve uma redução das migrações provenientes de outros estados, um aumento do peso dos fluxos internos e, finalmente, um incremento da absorção pela metrópole brasileira de imigrantes internacionais, em especial de coreanos, bolivianos, peruanos e paraguaios (BAENINGER, 1996, p. 2,4 e 19).

O crescimento do interior de São Paulo, segundo Pacheco e Patarra (1998), vinculou-se às políticas industriais da década de 70, à maturação de investimentos anteriores e ao Proálcool. Já com relação às Regiões Norte, Centro-Oeste e ao Estado da Bahia, a evolução da agricultura foi fator importante na desconcentração (PACHECO, PATARRA, 1998).

merações. Ao contrário, apesar do ritmo menor de incremento, elas tiveram um acréscimo de 8,3 milhões de habitantes entre 1980 e 1991, o que mantém o risco de transformação das maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, em imensas megalópoles "caóticas" como um dos problemas mais relevantes do País (MARTINE, 1994). Não é demais lembrar que as previsões calculam uma população de 30 milhões para São Paulo, no ano 2.000. Não obstante, a Região Metropolitana de São Paulo reduziu sua importância industrial e perdeu peso demográfico, ocorrendo movimento semelhante nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte. Também foi baixo o crescimento do Rio de Janeiro, de Recife e da Baixada Santista.

A desaceleração do ritmo de incremento populacional nas metrópoles do País teve exceções na Região Nordeste, onde se encontram ainda algumas áreas metropolitanas que cresceram a taxas elevadas e onde as capitais integram a lista das cidades que apresentaram os maiores crescimentos. Em geral, as cidades de porte médio tiveram ritmo de aumento populacional maior que o das metrópoles brasileiras (CARACTERIZAÇÃO..., 1999).

Houve uma redução dos movimentos de longa distância, especialmente para o sudeste do País, e um incremento dos movimentos intra-regionais, o que trouxe para a reflexão a importância do conjunto da rede urbana (PACHECO, PATARRA, 1998).

Além do fenômeno mais geral de desconcentração populacional em nível nacional, com a constatação de crescimento de cidades médias, algumas outras características começam a se sobressair na configuração dos movimentos migratórios. Verifica-se um processo de "periferização" da população de aglomerações urbanas, ou seja, o entorno vem crescendo mais intensamente do que a sede, fenômeno que é acompanhado de um aumento dos deslocamentos pendulares. As novas formas de mobilidade têm conseqüências nos volumes da migração interna, que tendem a diminuir, como está acontecendo no caso dos deslocamentos intrametropolitanos na Região Metropolitana de São Paulo, que caíram de mais de 900 mil pessoas nos anos 70 para cerca de 850 mil entre 1980 e 1991 (BAENINGER, 1998).

Por outro lado, os obstáculos que a redução do crescimento econômico tem colocado à mobilidade social, além de terem contribuído para a redução dos fluxos dirigidos para as grandes metrópoles, muito provavelmente aumentaram os movimentos de retorno.

Nesse contexto, a migração de retorno aumentou muito sua importância, tendo sido muito significativa na Região Nordeste: a partir dos dados do Censo de 1991, o retorno foi dimensionado em aproximadamente 719 mil pessoas durante os anos 80. Destas, 35% saíram de São Paulo e 11,8% do Rio de Janeiro (CAMARANO, 1998).

Foi também muito significativo o retorno de agricultores brasileiros que residiam e trabalhavam no Paraguai. Em 1985, houve um retorno de mais de mil famílias, constituindo-se, na década de 90, um movimento organizado de "repatriamento" desses brasileiros, através do Movimento pelo Repatriamento de Brasiguaios (MRB), criado em 1992, trazendo de volta ao País, em especial para o Mato Grosso do Sul, mas envolvendo outros estados do sul do País, grandes contingentes de brasileiros (SPRANDEL, 1995).

Verifica-se, portanto, o surgimento de novas tendências do ponto de vista da mobilidade das populações, que acompanham as mudanças profundas que incidem sobre a economia brasileira nas últimas décadas e que parecem estar promovendo o surgimento de novos "padrões" nos processos migratórios recentes.

## 2 - Movimentos populacionais na RMPA: características do período recente

No Rio Grande do Sul, embora estejam surgindo outros focos de crescimento demográfico e econômico<sup>3</sup>, acompanhando a tendência geral de desconcentração econômica e populacional que se verifica no País, continua em pauta como fenômeno destacado a atração exercida pela Região Metropolitana de Porto Alegre no contexto da distribuição da população no território.

<sup>3</sup> É importante destacar o crescimento de outra região do Estado, Caxias do Sul, onde se pode observar fenômeno semelhante ao que acontece na RMPA. Uma análise da relevância urbana dessa região no RS aponta o aumento de participação do Aglomerado Urbano da Região Nordeste (AUNE) na população do Estado e a perda de participação do Município de Caxias do Sul, núcleo principal da área, no crescimento populacional da região, o que se deu em favor dos municípios periféricos (OLIVEIRA, 1997). Esse fenômeno coloca-nos diante da possibilidade de aumento de fluxos intra-regionais, bem como de migrações pendulares. Ao mesmo tempo, significa uma expansão da atração de Caxias do Sul, que persiste, para seu entorno. A população desse município, embora aumentando menos que a sua periferia, manteve crescimento superior ao incremento médio do Estado. No novo quadro migratório gaúcho, deve-se mencionar ainda o caso de Uruguaiana, onde as alterações trazidas pelo incremento do comércio com a Argentina, decorrente dos acordos do Mercosul, provavelmente tiveram consequências no crescimento populacional. Do mesmo modo, a expansão da área da layoura de arroz nos anos 80, produto que vem aumentando sua importância na agropecuária gaúcha (ALONSO, BENETTI, BANDEIRA, 1994), vem contribuindo para a configuração atrativa do Município. A área de fronteira está experimentando os impactos da abertura dos mercados, sendo que Santana do Livramento, Jaguarão e Chuí (Distrito de Santa Vitória do Palmar), por exemplo, que se encontram também nas rotas do Mercosul fazendo a ligação com o Uruguai, assistem a uma ampliação significativa de atividades relacionadas especialmente com o transporte de cargas (SCHÄFFER, 1995).

Analisando os anos 80, constata-se, não obstante, que a tendência histórica de crescente concentração demográfica enfraqueceu. Está em curso um processo de desconcentração populacional, que, mesmo apresentando intensidade menor do que se dá em outras áreas do País, demonstra a presença de importantes mudanças no panorama das migrações no Estado. O declínio da tendência de crescimento do índice de concentração de Gini é demonstrativo desse fenômeno (JARDIM, s.d.).

As transformações podem ser observadas ainda sob outros ângulos. Houve, na década de 80 e entre 1991 e 1996, uma retração no ritmo de crescimento da população, inclusive do crescimento urbano. O crescimento total caiu de 1,48% ao ano no período 1980-91 para 1,07% entre 1991 e 1996, enquanto na população urbana essa queda foi de 2,64% para 1,62% (Tabela 1). O Estado apresentou, nesse período, uma das taxas de incremento demográfico mais baixas do País.

A população rural, embora com taxa negativa de incremento, decresceu a um ritmo relativamente menor do que nos anos 70: de -2,08% a.a. entre 1970 e 1980 (BARCELLOS, 1995), a taxa caiu para -1,48% a.a. entre 1980 e 1991, reduzindo-se ainda mais entre 1991 e 1996, quando ficou em -0,81% (Tabela 1). Isso indica que houve uma diminuição das taxas de fecundidade também no campo e uma alteração na intensidade dos fluxos migratórios de saída do campo para as cidades, os quais devem ter sofrido uma retração.

Tabela 1

População e taxa de crescimento populacional, segundo a situação do domicílio, no RS — 1980, 1991 e 1996

SITUAÇÃO		POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO (Δ%)		
	1980	1991	1996	1980-91	1991-96
Urbana	5 250 940	6 996 542	7 581 230	2,64	1,62
Rural	2 522 897	2 142 128	2 056 452	-1,48	-0,81
TOTAL	7 773 837	9 138 670	9 637 682	1,48	1,07

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO 1980-91: Rio Grande do Sul (1984, 1994). Rio de Janeiro : IBGE.

CONTAGEM POPULACIONAL 1996. (1996). Rio de Janeiro : IBGE.

A análise da distribuição espacial do crescimento demográfico, que permite traçar inferências acerca dos fluxos, revela outras mudanças importantes em relação ao que era marcante no período anterior.

Tabela 2

Participação da população de Porto Alegre (POA) e da RMPA na população total do RS — 1980, 1991 e 1996

	1980		1991		1996	
DISCRIMINAÇÃO	População	%	População	%	População	%
POA	1 125 477	14,48	1 263 403	13,82	1 288 879	13,37
RMPA	2 231 392	28,70	3 026 819	33,12	3 259 336	33,82
RMPA-POA	1 105 915	14,23	1 763 416	19,30	1 970 457	20,45
RS	7 773 837	100,00	9 138 670	100,00	9 637 682	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1980-91: Rio Grande do Sul (1984, 1994). Rio de Janeiro : IBGE.

CONTAGEM POPULACIONAL 1996 (1996). Rio de Janeiro: IBGE.

Em primeiro lugar, verifica-se que, diferentemente do que se previa, a participação da RMPA no quadro demográfico do Estado aumentou, passando de 28,70% em 1980 para 33,12% em 1991 e alcançando 33,82% em 1996 (Tabela 2). As grandes mudanças das últimas décadas, como se chamou atenção anteriormente, acenavam para uma perspectiva de crescimento da importância das cidades de porte médio, o que na realidade ocorreu, somente que, em grande parte, naquelas que integram a RMPA (BARCELLOS, 1997).

Outro ponto relevante que deve ser anotado expressa uma tendência nova que vem se verificando no País: no interior da concentração populacional representada pela região metropolitana, a sede perdeu peso demográfico e reduziu o ritmo de incremento populacional. Sua contribuição à população urbana gaúcha diminuiu de 21,43% em 1980 para 18,06% em 1991 e para 17,00% em 1996 (Tabela 3). A taxa de crescimento demográfico, que era de 2,4% ao ano na década de 70, ficou em apenas 1,06% entre 1980 e 1991 (BARCELLOS, 1995), caindo para 0,40% entre 1991 e 1996 (Tabela 4), muito abaixo da taxa de incremento populacional média do RS. Esses resultados, evidentemente, estão mostrando uma alteração na direção dos fluxos migratórios, que tendiam a se orientar majoritariamente para os grandes centros urbanos, principalmente para as sedes das áreas metropolitanas. Ao que parece, continuaram e talvez tenham recrudescido os movimentos de população, já esboçados no período 1970-80, originados em Porto Alegre e dirigidos a municípios de sua periferia, tendo declinado aqueles que se destinavam à Capital. Com efeito, essas localidades

periféricas à metrópole vêm expandindo sua participação na população do Estado e na sua parcela urbana. Ou seja, verifica-se um processo de "periferização" do crescimento, do mesmo modo que ocorre em outras grandes aglomerações brasileiras. Considerando-se a RMPA sem o Município de Porto Alegre, seu peso na população total aumentou de 14,23% em 1980 para 19,30% em 1991 (BARCELLOS, 1995) e para 20,45% em 1996, sendo que na urbana se observou trajetória semelhante: de 21,06% em 1980 subiu para 25,20% em 1991 e chegou a 25,99% em 1996 (Tabelas 2 e 3).

Tabela 3

Participação da população de Porto Alegre e da RMPA na população urbana do RS — 1980, 1991 e 1996

DISCRIMINAÇÃO -	1980		1991		1996	
Dioor illimit (q/ to	População	%	População	%	População	%
POA	1 125 477	21,43	1 263 403	18,06	1 288 879	17,00
RMPA	2 231 392	42,50	3 026 819	43,26	3 259 336	42,99
RMPA-POA	1 105 915	21,06	1 763 416	25,20	1 970 457	25,99
RS - urbano	5 250 940	100,00	6 996 542	100,00	7 581 230	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1980-91: Rio Grande do Sul (1984, 1994). Rio de Janeiro : IBGE.

CONTAGEM POPULACIONAL 1996 (1996). Rio de Janeiro: IBGE.

A concentração demográfica da RMPA expressa uma concentração econômica, que pode ser avaliada pela participação da região no PIB do Estado. Embora oscilando, o peso do produto metropolitano mantém-se muito elevado, encontrando-se em torno dos 39% entre 1990 e 1997. A participação dos diferentes setores econômicos da RMPA no PIB do RS destaca o predomínio da indústria e dos serviços, com uma contribuição do segmento industrial de um pouco mais de 50% à formação do PIB industrial durante todo o período e de, em média, 48% no que se refere ao Setor Terciário — comércio e demais serviços (PROJETO..., 1999, p.21).

Dentre os municípios do entorno metropolitano, algumas situações diferenciadas em relação ao crescimento demográfico devem ser registradas.

Com taxas de incremento populacional muito altas, superiores a 4% ao ano entre 1991 e 1996, encontram-se Eldorado do Sul, Nova Hartz, Nova Santa

Rita e Dois Irmãos. Ainda com ritmo muito elevado de crescimento, maior que 3%, estão os Municípios de Ivoti e Viamão (Tabela 4). É importante especificar a situação dessas localidades no contexto da região, uma vez que nela pode-se identificar pelo menos duas subáreas com características distintas. De um lado, Nova Hartz, Dois Irmãos e Ivoti fazem parte do conjunto que vem sendo chamado de RMPA 1, centralizada por Novo Hamburgo e São Leopoldo. Essa subárea apresenta uma forte concentração de indústrias do setor coureiro-calçadista, sendo que apenas esses dois municípios apresentam algum grau de diversificação econômica. De outro, Eldorado do Sul. Nova Santa Rita e Viamão integram a chamada RMPA 2, centralizada por Porto Alegre, que reúne a Capital e os municípios do seu entorno. Tem um parque industrial e um Setor Terciário diversificados e inclui alguns municípios. como é o caso de Viamão, que exercem a "função" de cidade-dormitório em relação ao entorno mais dinâmico. É alta a concentração da atividade industrial em seis municípios contíguos e conurbados: Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Gravataí, Guaíba e Porto Alegre, que detinham (em 1993) cerca de 88% do pessoal ocupado na indústria (PROJETO...,1999, p.22).

Voltando à análise do crescimento demográfico, observa-se que alguns municípios da RMPA apresentaram taxa inferior ao incremento médio observado para o RS. Nessa situação, estão Porto Alegre e Glorinha. A Capital vem reduzindo o ritmo de crescimento populacional desde a década de 80, perdendo também posição relativa no PIB do Estado: seu peso baixa de 27% nos anos 60 para 14,54% em 1997 (PROJETO...,1999, p.22).

Constata-se uma tendência de redução do poder de atração da metrópole e um deslocamento dele para o entorno, o que estaria ainda expressando uma dominância de movimentos migratórios com destino às áreas que já concentram população, somente que com predomínio das periferias, e, ao mesmo tempo, um provável incremento de migrações pendulares. A Capital vem expressando em sua dinâmica demográfica as transformações relacionadas com o processo de desconcentração da produção industrial<sup>4</sup> e de periferização da moradia da força de trabalho.<sup>5</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Alguns municípios do entorno metropolitano vêm recebendo novos investimentos industriais, colocando-se como alternativa locacional.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> É importante mencionar que a capital do Estado vem se configurando mais como centro prestador de serviços especializados e de concentração de atividades do setor financeiro.

ela 4

Municípios da RMPA (1 e 2) segundo a taxa de crescimento populacional — 1991-96

MUNICÍPIOS	POP	ULAÇÃO	TAXA DE CRES	CIMENTO
	1991 (A)	1996 (B)	В-А	Δ%
Campo Bom	47 876	52 096	4 220	1,70
Dois Irmãos	14 653	17 997	3 344	4,20
Estância Velha	28 190	31 374	3 184	2,16
Ivoti	11 143	13 199	2 056	3,44
Nova Hartz	10 013	12 917	2 904	5,23
Novo Hamburgo	205 668	226 070	20 402	1,91
Parobé	31 995	40 480	8 485	4,82
Portão	19 489	22 460	2 971	2,88
São Leopoldo	167 907	180 617	12 710	1,47
Sapiranga	58 675	65 909	7 234	2,35
Subtotal RMPA 1	595 609	663 119	67 510	2,17
Alvorada	142 046	162 005	19 959	2,66
Cachoeirinha	88 195	96 548	8 353	1,83
Canoas	269 263	284 059	14 796	1,08
Charqueadas	24 756	27 231	2 475	1,92
Eldorado do Sul	17 703	22 852	5 149	5,24
Esteio	70 547	75 233	4 686	1,29
Glorinha	4 587	4 718	131	0,56
Gravataí	181 035	206 023	24 988	2,62
Guaíba	78 769	85 969	7 200	1,76
Nova Santa Rita	9 874	12 467	2 593	4,77
Porto Alegre	1 263 403	1 288 879	25 476	0,40
Sapucaia do Sul	104 885	114 012	9 127	1,68
Triunfo	17 923	19 536	1 613	1,74
Viamão	169 176	196 685	27 509	3,06
Subtotal RMPA 2	2 442 162	2 596 217	154 055	1,23
RMPA TOTAL	3 037 771	3 259 336	221 565	1,42
RS TOTAL	9 138 670	9 637 682	499 012	1,07

FONTE: FEE. Estimativa Populacional.

No que se refere à migração, os dados da Contagem Populacional de 1996 permitem contabilizar o ingresso de população ocorrido entre 1991 e 1996 no nível dos municípios. Nesse sentido, constata-se que o conjunto metropolitano teve uma entrada de 260.154 novos residentes entre 1991 e 1996, que significam 7,98% da população. Porto Alegre foi o município que, em termos relativos, recebeu menos migrantes. Somente 5,25% da população que vivia na Capital em 1996 nela não residia em 1991, enquanto municípios como Nova Hartz e Eldorado do Sul registraram o ingresso de migrantes numa proporção de cerca de 20% de suas populações. Em termos absolutos, o contingente que chegou a Porto Alegre é evidentemente o mais numeroso, representando mais de 25% dos novos residentes da região. É importante mencionar que a RMPA 1 teve, proporcionalmente, maior entrada de migrantes, ficando com uma média de 10,25% de sua população, enquanto a RMPA 2 recebeu 7.40% de novos residentes. Já em números absolutos, esta última subárea teve ingresso maior de migrantes. Comparativamente aos municípios do RS em bloco, verifica-se que a RMPA, e seus dois subconiuntos, recebeu mais migrantes em termos relativos (Tabela 5).

As tendências de crescimento e o peso da migração expõem uma dinâmica de concentração no que diz respeito à Região Metropolitana de Porto Alegre relativamente diversa do que vem se esboçando em relação às metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro, principais aglomerações do País. Somente Porto Alegre reproduz o comportamento que predomina nas principais capitais brasileiras, que reduzem peso demográfico e alteram funções econômicas.

Além do quadro exposto, que mostra a concentração metropolitana e o ritmo de crescimento no período recente, procurou-se realizar uma abordagem da migração de retorno na RMPA. A análise das informações da PNAD (IBGE) possibilitou uma incursão nessa problemática, que, embora limitada, fornece uma visão acerca da dimensão que ela assume em nossa realidade. Considerou-se que a diferença entre o número total de habitantes naturais do município onde residiam à época do levantamento e o número de habitantes naturais que sempre residiram naquele município capta o total de pessoas que saíram em algum momento da localidade e a ela voltaram. Essa informação é bastante genérica, uma vez que se pode computar apenas o número de retornados existente à época do levantamento, sem que se possa especificar o ano da saída ou do retorno. O cálculo do retorno, além disso, pode ser feito somente para as

O levantamento censitário de 1991 expôs a questão do retorno. Porém, somente tendo acesso aos microdados, se pode abordar esse tema, uma vez que os dados disponibilizados pelo IBGE não permitem que se contabilize o retorno.

regiões metropolitanas e os estados, pois o levantamento da PNAD é amostral e não contempla a dimensão municipal do território. Trabalhou-se com os dois pontos extremos do período 1992-97, de modo a se observar se houve mudança nos números da migração de retorno.

A RMPA apresentou, nos anos examinados, um percentual de retorno (relativo ao total da população) superior ao encontrado para a média da população do Brasil (15,26% e 14,14%, respectivamente, em 1992) e menor do que o encontrado para a população do RS em conjunto (15,51%). Entre 1992 e 1997, houve, do mesmo modo que naquelas duas situações, uma pequena redução no peso dessa modalidade de migração. Em termos absolutos, essa cifra é muito importante em todos os níveis: 230.518 na RMPA, 912.636 no RS e 11.972.318 habitantes no País em 1997, demonstrando que, efetivamente, se trata de um fenômeno de grande relevância. Cabe mencionar que o retorno foi ainda muito mais expressivo nas faixas etárias entre 25 e 64 anos, ou seja, nas idades mais ativas da população, chegando a alcançar 23,49% da população do Brasil na faixa dos 35 aos 44 anos, 26.53% da população do RS no grupo etário entre 35 e 44 anos e representando mais de 33% da população entre 45 e 54 anos na RMPA (Tabelas 6, 8, 9). Observa-se, portanto, que não se trata de um retorno das pessoas que concluíram seu ciclo produtivo no mercado de trabalho, mas de pessoas em pleno período ativo. O predomínio de retornados em faixas relativamente jovens de idade permite ainda inferir que os fluxos são, em grande parte, recentes.

No nordeste do País, como se mencionou anteriormente, o retorno foi fenômeno relevante, tendo suscitado a realização de alguns estudos visando demarcar o processo nos marcos da situação do País. Essa relevância se relaciona com o caráter mais amplo assumido por esse fluxo migratório, já que as migrações de populações nordestinas haviam se dirigido fundamentalmente para fora da região e, em grande parte, para a Região Sudeste, chamando atenção o fato de que o centro mais dinâmico da nação esteja menos "atrativo" do que áreas de menor desenvolvimento, tradicionalmente "expulsoras" de população. Na verdade, o novo é uma retração nos movimentos originados na Região Nordeste com destino à Sudeste. Retorno ou nova migração para a Região Nordeste é uma questão a ser estudada. Já no RS, excetuando-se o período de ocupação de novas fronteiras agrícolas, as migrações caracterizam-se pelo predomínio de movimentos internos. Aqui, o retorno tem principalmente uma conotação regional.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Ver, dentre outros, Dornelas (1995) e Scott (1995).

Tabela 5

Pessoas não residentes no município de residência atual em 1º.09.91 segundo os municípios da RMPA 1 e 2 — 1996

MUNUOÍDIOO	NÃO RES	DENTES	POPULA	POPULAÇÃO		
MUNICÍPIOS -	Total	% (1)	Total	% (2)		
Campo Bom	4 185	1,61	52 096	8,03		
Dois Irmãos	3 223	1,24	17 997	17,91		
Estância Velha	4 471	1,72	31 374	14,25		
lvoti	2 122	0,82	13 199	16,08		
Nova Hartz	3 037	1,17	12 917	23,51		
Novo Hamburgo	17 014	6,54	226 070	7,53		
Parobé	7 448	2,86	40 480	18,40		
Portão	2 155	0,83	22 460	9,59		
São Leopoldo	17 358	6,67	180 617	9,61		
Sapiranga	6 935	2,67	65 909	10,52		
Subtotal RMPA 1	67 948	26,12	663 119	10,25		
Alvorada	16 604	6,38	162 005	10,25		
Cachoeirinha	11 547	4,44	96 548	11,96		
Canoas	19 654	7,55	284 059	6,92		
Charqueadas	3 440	1,32	27 231	12,63		
Eldorado do Sul	4 386	1,69	22 852	19,19		
Esteio	8 148	3,13	75 233	10,83		
Glorinha	451	0,17	4 718	9,56		
Gravataí	18 724	7,20	206 023	9,09		
Guaíba	8 645	3,32	85 969	10,06		
Nova Santa Rita	2 444	0,94	12 467	19,60		
Porto Alegre	67 690	26,02	1 288 879	5,25		
Sapucaia do Sul	9 338	3,59	114 012	8,19		
Triunfo	1 726	0,66	19 536	8,83		
Viamão	19 409	7,46	196 685	9,87		
Subtotal RMPA 2	192 206	73,88	2 596 217	7,40		
TOTAL RMPA (2)	260 154	39,09	3 259 336	7,98		
TOTAL RS	665 495	100,00	9 637 682	6,91		

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CONTAGEM POPULACIONAL 1996 (1996). Rio de Janeiro : IBGE.

<sup>(1)</sup> O percentual foi calculado em relação ao total de não residentes da RMPA. (2) O percentual foi calculado em relação ao total de não residentes do RS.

Tabela 6

Retorno da população residente por naturalidade em relação ao município e à unidade da Federação, segundo os grupos de idade, no Brasil — 1992 e 1997

GRUPOS DE IDADE -	RETORNO DOS NATURAIS DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO				RETORNO DOS NATURAIS DO MUNICÍPIO		
	Número	,i .	%		Número	%	
1992				+1			
0 a 14 anos	383 064		6,29		2 625 128	6,50	
15 a 24 anos	670 114		10,02		2 579 951	15,04	
25 a 34 anos	1 022 809		14,13		2 597 512	23,09	
35 a 44 anos	1 025 972		16,52		1 976 124	27,44	
45 a 54 anos	654 394		15,28		1 049 732	24,93	
55 a 64 anos	396 128		12,87		708 682	23,92	
15 a 64 anos	3 769 417	·	13,71	1. 1.1	8 912 001	20,83	
65 a 69 anos	145 763		13,02	egana in N	251 642	22,92	
70 anos ou mais	194 864		11,13		365 502	21,46	
Idade ignorada	0		0,00		373	12,61	
Total	4 493 108		12,32		12 154 646	14,14	
the second second							
1997							
0 a 14 anos	•		4,86	1	2 175 619	5,40	
15 a 24 anos	601 955		9,42		2 582 650	12,98	
25 a 34 anos	993 386		13,60		2 445 518	19,72	
35 a 44 anos	1 084 774		15,80		2 115 827	23,49	
45 a 54 anos	795 761		16,18		1 269 053	23,47	
55 a 64 anos	479 218		13,85		724 139	21,01	
15 a 64 anos	3 955 094		13,67		9 137 187	18,21	
65 a 69 anos	162 951		12,24		258 975	20,05	
70 anos ou mais	232 582		10,95		398 946	19,18	
Idade ignorada	619		20,70		1 591	40,77	
Total	4 608 222		12,23		11 972 318	12,76	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1992-97: Brasil (1992, 1997). Rio de Janeiro : IBGE.

Feita essa ressalva, observa-se que a importância do retorno no nordeste do Brasil é um pouco menor do que se encontrou no RS e na RMPA. Em 1992, 14,66% da população natural do município de residência à época do levantamento da PNAD havia saído e voltado, reduzindo-se essa proporção para 13,27% em 1997. Somente o retorno dos naturais da Unidade da Federação é mais expressivo na Região Nordeste, alcançando 16,12% e 13,61% dos naturais em 1992 e 1997, respectivamente, quando no RS e na RMPA essa modalidade abrangeu em torno de 7% da população de naturais. Observando-se os números absolutos, constata-se que, naquela região, foram muito importantes os movimentos de retorno: mais de 4.000.000 de pessoas voltaram ao município de onde eram naturais e quase 1.500.000 regressaram aos estados de nascimento. Embora sem a possibilidade de especificar a localidade de onde procedeu o retorno, se foi de algum lugar da própria região ou de fora da mesma, e a época em que ele se deu, pode-se verificar que 34,65% do retorno, de pessoas naturais do município onde residiam, que ocorreu no País em 1997 foi de nordestinos (Tabelas 6, 7, 8, 9).

Tabela 7

Retorno da população residente por naturalidade em relação ao município e à unidade da Federação da Região Nordeste — 1992 e 1997

ANOS	RETORNO DOS NA UNIDADE DA FEI	TURAIS DA DERAÇÃO	RETORNO DOS MUNIO	
	Número	%	Número	%
1992	1 465 427	16,12	4 334 020	14,66
1997	1 488 416	13,61	4 148 801	13,27

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMI-CÍLIOS 1992-97: Região Nordeste (1992, 1997). Rio de Janeiro : IBGE.

Tabela 8

Retorno da população residente por naturalidade em relação ao município e à unidade da Federação, segundo os grupos de idade, no RS — 1992 e 1997

GRUPOS	RETORNO DOS NAT UNIDADE DA FED		RETORNO DOS NATURAIS DO MUNICÍPIO		
DE IDADE —	Número	%	Número	%	
1992					
0 a 14 anos	21 075	4,55	136 573	6,05	
15 a 24 anos	28 452	5,51	147 059	14,71	
25 a 34 anos	71 739	10,03	208 746	24,92	
35 a 44 anos	53 631	8,53	164 765	28,14	
45 a 54 anos	47 962	9,98	92 549	23,16	
55 a 64 anos	24 536	7,90	70 216	24,22	
15 a 64 anos	226 320	8,53	683 335	21,95	
65 a 69 anos	7 216	6,67	18 320	18,00	
70 anos ou mais	13 178	7,61	32 317	22,88	
Total	267 789	7,89	870 545	15,51	
1997					
0 a 14 anos	8 357	2,38	124 146	5,35	
15 a 24 anos	30 388	6,45	159 824	14,08	
25 a 34 anos	51 169	7,89	188 434	22,28	
35 a 44 anos	61 482	8,84	194 956	26,53	
45 a 54 anos	51 622	10,19	121 501	25,58	
55 a 64 anos	28 788	8,28	64 869	21,31	
15 a 64 anos	223 449	8,37	729 584	20,88	
65 a 69 anos	12 821	9,22	23 614	19,37	
70 anos ou mais	16 359	8,82	35 292	19,94	
Total	260 986	7,80	912 636	14,93	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1992-97: Rio Grande do Sul (1992, 1997). Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 9

Retorno da população residente por naturalidade em relação ao município e à unidade da Federação, segundo os grupos de idade, na RMPA — 1992 e 1997

GRUPOS	RETORNO DOS N UNIDADE DA FE	~	RETORNO DOS NATURAIS DO MUNICÍPIO		
DE IDADE	Número	%	Número	%	
1992					
0 a 14 anos	6 545	2,78	49 388	7,40	
15 a 24 anos	12 245	4,96	38 629	15,16	
25 a 34 anos	28 702	8,57	50 017	26,48	
35 a 44 anos	26 805	8,78	33 981	29,01	
45 a 54 anos	14 982	7,46	17 098	27,55	
55 a 64 anos	12 240	8,49	10 972	26,66	
15 a 64 anos	94 974	7,71	150 697	22,69	
65 a 69 anos	2 744	6,40	2 111	20,84	
70 anos ou mais	5 911	8,62	5 487	28,26	
Total	110 174	6,98	207 683	15,26	
1997				·	
0 a 14 anos	4 412	3,14	43 539	5,78	
15 a 24 anos	14 037	6,50	52 149	15,39	
25 a 34 anos	24 671	8,33	43 544	21,58	
35 a 44 anos	33 292	10,34	39 932	27,08	
45 a 54 anos	25 688	10,76	28 484	33,81	
55 a 64 anos	12 442	8,05	12 439	28,32	
15 a 64 anos	110 130	8,97	176 548	21,63	
65 a 69 anos	6 621	12,55	5 012	29,39	
70 anos ou mais	9 030	11,60	5 419	23,49	
Total	130 193	8,69	230 518	14,32	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1992-97: Região Metropolitana de Porto Alegre (1992, 1997). Rio de Janeiro: IBGE.

Pode-se constatar, em síntese, que foram significativos os movimentos de retorno, seja no âmbito regional, seja no nacional, o que, considerando-se sua ocorrência majoritária em faixas etárias relativamente jovens, pode significar que se deram no período recente. Assim, o fato seria representativo do processo de rearranjo em curso no quadro econômico do País, já que as migrações refletem as crises e as oportunidades de trabalho. O retorno, embora constitutivo das migrações<sup>8</sup>, nem sempre se constitui em fenômeno social. Algumas circunstâncias, como a volta de exilados, assumem dimensão expressiva. Quando, porém, essas movimentações se destacam no quadro dos processos migratórios, são indicativas de alterações de tendências históricas, instigando a investigação sistemática do problema para que se avance no conhecimento da configuração recente dos processos migratórios no País, de modo a compreender os fatores que intervêm nas novas direções do crescimento demográfico.

## **Bibliografia**

- ALONSO, José A. F., BENETTI, Maria D., BANDEIRA, Pedro S. (1994). Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE.
- BAENINGER, Rosana (1996). Regionalização e redistribuição espacial da população: a nova configuração do urbano paulista. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu. **Anais...** Caxambu.
- BAENINGER, Rosana (1998). Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Curitiba, **Anais**... Curitiba. p.463-477.
- BARCELLOS, Tanya M. de (1995). **Migrações no Sul**: caminhos para terras e cidades. Porto Alegre: UFRGS. (Dissertação de mestrado, de pós-graduação em Sociologia; mimeo).

<sup>8</sup> Na migração, a idéia de retorno está sempre presente, uma vez que, com a emigração, se rompem os elos comunitários, tornando a busca de reconstituição da "identidade" social e cultural um fato sempre presente. De tal modo que, como bem coloca Sayad (2000, p.7), sobre os deslocamentos que vêm ocorrendo em nível mundial depois da metade do século XIX: "(...) a ordem da cidade sempre se alimentou da ordem rural, e a ordem da fábrica (ou do canteiro de obras) sempre se alimentou dos campos".

- BARCELLOS, Tanya M. de (1997). Distribuição das atividades econômicas no território: anotações para a elaboração de uma tipologia dos municípios gaúchos. In: OLIVEIRA, Naia, coord. **Dinâmica da urbanização no RS**: temas e tendências. Porto Alegre: FEE. (Documentos FEE). p.51-106.
- CAMARANO, Ana Amélia (1998). Movimentos migratórios recentes na Região Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Curitiba, **Anais**... Curitiba. p.189-208.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil (1999). Campinas, SP: IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE. (Coleção pesquisas, 3).
- DORNELAS, Sidnei Marco (1995). Migração de retorno: o que é isso? **Travessia**, v.8, n.22, p.5-7.
- FÜRSTENAU, Vivian (1990). A lavoura de grãos na década de 80: a busca da eficiência. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. **A economia gaúcha e os anos 80**: uma trajetória no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE. p.207-240.
- GUNN, Philip (1995). Urbanização do sudeste: dominação das metrópoles? In: GONÇALVES, M. Flora, org. (1995). **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto. p.85-110.
- JARDIM, M. de Lourdes T. (s.d.). **Distribuição espacial do crescimento da população do Rio Grande do Sul**: tendências recentes. Porto Alegre : FEE. (mimeo).
- MARTINE, George (1987). **Migrações internas no Brasil**: tendências e perspectivas. (mimeo).
- MARTINE, George (1994). Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: ABEP, v.11, n.1, p.41-60, jan/jun.
- MARTINE, George, CARVALHO, José Alberto M. de (1989). Cenários demográficos para o século XXI e algumas implicações sociais. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA, n.2, p.61-91, dez.
- MOREIRA, Morvan de Mello (1995). Evolução e perspectivas da dinâmica demográfica brasileira: concentração populacional e migração. In: GON-ÇALVES, M. Flora, org. (1995). **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto. p.133-162.

- OLIVEIRA, Naia (1997). Dinâmica da urbanização gaúcha na perspectiva populacional. In: **Dinâmica da urbanização no RS**: temas e tendências. Porto Alegre: FEE. (Documentos FEE).
- PACHECO, Carlos, PATARRA, Neide (1998). Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, Curitiba, **Anais...** Curitiba. p.445-460.
- PATARRA, Neide L., BAENINGER, Rosana (1989). Movimentos migratórios: novas características, novas implicações. In: ENCONTRO NACIONAL ANPUR, 3. Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ANPUR.
- PROJETO desigualdades sócio-espaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre (1999). Porto Alegre. (mimeo).
- SAYAD, Abdelmalek (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia**, v.13, n. esp., jan.
- SCHÄFFER, Neiva O. (1995). **MERCOSUL e as transformações recentes na fronteira meridional**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., Brasília. **Anais...** Brasília. (mimeo).
- SCOTT, R. Parry (1995). Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste. **Travessia**, v.8, n.22, p.23-27, maio/ago.
- SINGER, Paul (1976). Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: —. **Economia política da urbanização**. São Paulo : Brasiliense. p.29-60.
- SPRANDEL, Marcia A. (1995). Os movimentos de repatriamento. **Travessia**, v.8, n.22, p.15-22, maio/ago.